

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.

No dia vinte e um do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às oito horas e dezenove minutos foi realizada uma reunião ordinária presencial na sede da Secretaria do Meio Ambiente, no Horto Florestal. Seguem os membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sr. Mauro Francisco de Aquino, Secretário Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente, representando a presidência do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sr. Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sr. Robin Le Breton, representando a ONG Iracambi; Sr. Douglas Barbosa Castro e Sra. Ruth de Andrade Baía, ambos representando a FASM; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sr. João Paulo Bane Teodoro, representando a UNIFAMINAS; Sr. Frederico de Melo Machado, representando a Secretaria Municipal de Obras; Sr. Matheus Henrique Santos, representando o Corpo de Bombeiros; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sra. Alexandra de Fátima Nogueira Dias, representando a Secretaria Municipal de Educação; Sr. Rogerio Loures Moreira, representando o DEMSUR; Sra. Ana Paula Vilela Carvalho, representando o IF-Sudeste; Sr. William Oliveira Secunho, representando a Secretaria Municipal de Saúde. Registraram-se a presença: Sr. Francisco Bani, Sr. Mauricio Ferreira, Sr. Renan Perin; Sr. Sávio de Lima Oliveira; Sr. Fabio Lauriano Rodrigues, Promotor de Justiça; Sr. Gilberto Garcia Bonato Filho; e os fiscais de atividades urbanas e de Meio Ambiente: Sra. Sara de Paula Lima e Sr. Victor Garcia Pinto. Sr. Sergio Vilhena Vieira, cumprimentou os membros presentes, e iniciou a reunião com o primeiro assunto da pauta, que é sobre o processo nº 27367/2023 de TCM Construtora LTDA, Sr. Sergio Vilhena explicou que são três lotes (lote 17, lote 18, lote 19) de área total de 576,00 m², sendo 192m² para cada lote, e área de intervenção proposta de 364 m², onde será feito um galpão no lote 17, todo edificado, e nos lotes 18 e 19, serão feitos estacionamento e área de manobra, Sr. Sergio Vilhena explicou que o requerente não realizará nenhuma atividade prevista na DN, e será utilizada a água do DEMSUR. Foram apresentadas as opções de compensações, opção 01: plantio de mudas de espécies arbóreas, não há área viável para implantação de PTRF no empreendimento, opção 02: compensação ambiental por meio de execução de programas, planos e projetos, revegetação de nascentes nas UCs (APP), referente ao estacionamento de 172,00 m² para a compra de insumos, (valor R\$ 1,47 cada 1,00 m² de APP com intervenção: intervenção total 172,00 m²), sendo o valor de insumos a adquirir de R\$ 252,84; e opção 03: compensação ambiental em pecúnia, a ser destinada ao Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, de acordo com o Inciso II, do Art. 40: depósito de R\$ 4.422,10 na conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente, referente ao galpão de 192,00 m². Pelo enquadramento em duas opções de compensação, o parecer da câmara técnica é para a soma dos valores de R\$ 252,84 + R\$ 4.422,10 = R\$ 4.674,95, a ser depositado na conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao deferimento do pedido e de acordo com o parecer da câmara técnica, pela compensação de R\$ 4.674,95 a ser depositado na conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Após esse assunto, foi apresentado pelos fiscais de atividades urbanas e meio ambiente o recurso de autuação, do Auto de Infração nº 024/2023 de Luciana Benevides de Oliveira. Foi apresentado aos membros por meio de slides a síntese dos fatos, citando que, em 18 de julho de 2023 foi aberto um processo de aprovação de croqui e emissão de licença de desmembramento pela requerente junto à Prefeitura Municipal e, em 31 de julho de 2023, foi encaminhado para o Setor de Meio Ambiente, onde o Sr. Sergio Vilhena emitiu o parecer no dia 01 de agosto de 2023, informando que o imóvel possui reserva legal averbada, e solicitando medidas a serem cumpridas, onde, em 02 de outubro de 2023, o processo retornou para o Setor de Meio Ambiente sem cumprir as medidas propostas no parecer emitido por ele. Foi realizada uma vistoria in loco que constatou a existência de um anúncio da venda dos lotes do desmembramento. Diante disto, foi emitido um novo parecer no dia 03 de outubro de 2023, indeferindo a solicitação, sendo passível o auto de infração. Diante de tais circunstâncias, foi lavrado o Auto de Infração 024/2023, estabelecendo uma multa de R\$ 2.900,52, com base no art.36/ §3º/ II – da Lei Municipal 4.411/2012 (alterada pela Lei Municipal 5.128/2015) – “Descumprir determinação formulada pelo CODEMA ou SMMA, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoramento ou equivalente aprovadas quando do licenciamento.”. Após isso, o responsável apresentou o recurso via processo nº 026352/2023,

alegando que não cumpriu as determinações por não ter sido comunicada quanto às solicitações e que, contratou um profissional (engenheiro) para que realizasse o processo de desmembramento, uma vez que não possui conhecimentos técnicos para elaborar tal processo, mas que não fora informada pelo profissional sobre as tais exigências, o que impossibilitou o cumprimento das mesmas. Diante disto, o parecer da câmara técnica é pelo indeferimento do recurso, mantendo o valor da multa, já que a autuação é referente ao descumprimento do parecer emitido pelo Setor e, o fato de o responsável técnico não passar as devidas informações para a requerente, não a exime da responsabilidade. Os membros do CODEMA foram de acordo com o parecer da câmara técnica, mantendo o valor da multa. O Sr. Sergio informou que o caso não é difícil de resolver, e que após a responsável cumprir as determinações apontadas no primeiro parecer, será possível aprovar o desmembramento da área. O próximo recurso de autuação é do Auto de Infração 023/2023 de Jair Carmo de Moura. O caso foi apresentado pelos fiscais de atividades urbanas e meio ambiente a síntese dos fatos por meio de slides, onde cita que moradores do entorno denunciaram o despejo de entulho às margens do córrego localizado nos fundos de um imóvel em construção situado na Rua Rafael Stanzani da Silva, 192, Vila Conceição. Uma diligência in loco constatou que, além do despejo dos entulhos às margens do corpo hídrico, parte das atividades construtivas foram feitas em área de preservação permanente (APP) e dentro da faixa não edificável. Diante de tais circunstâncias, foi lavrado o Auto de Infração 016/2023, estabelecendo uma multa de R\$ 4.834,20. Após isso o responsável apresentou o recurso via Processo nº 026668/2023, onde solicitou um abatimento no valor da multa por não ter meios de pagar sua integralidade e justificou não ter um conhecimento prévio da legislação por ser analfabeto. Sr. Robério Torres, questionou se foi constatado que o descarte foi feito pelo autuado, e o Sr. Victor Garcia Pinto, fiscal de atividades urbanas e meio ambiente afirmou que sim. Diante dos fatos, o parecer da equipe técnica é pela redução da multa em 50%, condicionado à limpeza da área poluída, passando o valor de R\$ 4.834,20 para R\$ 2.417,10, podendo converter esse valor em benfeitorias (compensação) para a Secretaria, de acordo com as atenuantes descritas na Lei Municipal 4.411/2012, Art. 40, e considerando a Lei Municipal 6.164/2021 que dispõe sobre a política municipal de compensação ambiental. A Sra. Sara de Paula Lima, fiscal de atividades urbanas e meio ambiente, explicou que é firmado um termo entre o autuado e a Secretaria, e a forma de pagamento pode ser realizada conforme a opção escolhida pelo requerente, podendo ser o pagamento à vista ou através da conversão do valor em doação de benfeitorias para a Secretaria. Sr. João Carlos Santos Areias, questionou quanto à regularidade da obra e a Sra. Sara de Paula Lima informou que foi encaminhado ao Setor de Obras, mas ainda não obteve resposta. Sr. Frederico Machado solicitou que voltasse ao slide que consta a defesa do autuado e sobre o abatimento e questionou se o requerente é de boa-fé. A equipe de fiscais disse que sim. Os membros do CODEMA foram de acordo com o parecer da câmara técnica pela redução da multa em 50%, condicionado à limpeza da área poluída, passando o valor de R\$ 4.834,20 para R\$ 2.417,10, podendo converter esse valor em benfeitorias (compensação) para a Secretaria. Sra. Sara de Paula Lima informou que esse valor foi a soma da intervenção e o despejo. Sr. João Carlos Santos Areias questionou sobre o embargo da obra, se poderia ser feito junto à autuação. A Sra. Sara de Paula Lima explicou que tal cenário ocorreria somente em casos específicos, mas que foi encaminhado a situação para o setor de Obras para que averiguem a regularidade da obra. Após isso, Sr. Douglas Barbosa Castro apresentou aos membros o recurso de Francisco de Assis Gurgel Bani, referente ao processo nº 23978/2023, onde solicitou o corte de um Oiti e foi indeferido na reunião 136^a. O solicitante apresentou os documentos requeridos no parecer da câmara técnica, comprovando a necessidade da supressão e, dessa forma, o parecer é favorável ao deferimento do recurso, condicionado à doação de cinco mudas para a Prefeitura Municipal de Muriaé, a serem entregues no Setor Técnico de Meio Ambiente (Horto Florestal de Muriaé). Os membros do CODEMA foram de acordo com o parecer da câmara técnica pelo deferimento do recurso e de acordo com as condicionantes. Após este assunto, Sr. Douglas Barbosa Castro seguiu para os processos de solicitações de supressões arbóreas, onde os pareceres técnicos foram enviados aos membros via e-mail e WhatsApp para análise prévia. O primeiro processo nº 027465/2023 refere-se à solicitação de corte de um Coqueiro, onde, em vistoria, foi constatado que o coqueiro apresenta seu caule com perfurações diversas e está com o diâmetro reduzido. Por estar próximo às casas vizinhas, uma possível queda da árvore poderia trazer prejuízos materiais consideráveis, além de colocar a vida de

104 pessoas e animais em risco. A câmara técnica é favorável à supressão do coqueiro condicionado à
105 doação de duas mudas de árvores para a Prefeitura Municipal de Muriaé, a serem entregues no Setor
106 Técnico de Meio Ambiente (Horto Florestal de Muriaé). Os membros do CODEMA foram de acordo
107 com o parecer da câmara técnica pelo deferimento do pedido e em conformidade com as
108 condicionantes. O próximo processo nº 26672/2023 refere-se à solicitação de corte de uma Mangueira
109 e um Jambo. O solicitante relatou temer que as árvores quebrem com os ventos que incidem com
110 muita força naquele local – situado na parte alta do João XXIII –, por se tratarem de árvores frutíferas
111 exóticas em terreno particular e, considerando a existência de outras frutíferas de pequeno porte no
112 local (goiaba, acerola e jabuticaba) a câmara técnica é favorável ao deferimento da solicitação,
113 condicionado à doação de quatro mudas de árvores para a Prefeitura Municipal de Muriaé, a serem
114 entregues no Setor Técnico de Meio Ambiente (Horto Florestal de Muriaé). Os membros do
115 CODEMA foram de acordo com o parecer da câmara técnica pelo deferimento do pedido e de acordo
116 com as condicionantes. O próximo processo nº 26856/2023 refere-se a solicitação de corte de um Oiti,
117 onde a vistoria constatou a existência de uma árvore de grande porte na lateral do imóvel do solicitante
118 (casa de esquina). Tal árvore está plantada junto ao meio-fio, prejudicando a drenagem pluvial. Seu
119 crescimento secundário provocou danos severos à calçada, com elevação e rachaduras que se
120 estendem pelo muro do imóvel, o que pode comprometer sua estrutura. Dessa forma, a câmara técnica
121 é favorável à supressão, condicionado a doação de cinco mudas de árvores para a Prefeitura
122 Municipal de Muriaé, a serem entregues no Setor Técnico de Meio Ambiente (Horto Florestal de
123 Muriaé). Os membros do CODEMA foram de acordo com o parecer da câmara técnica pelo
124 deferimento do pedido e de acordo com as condicionantes. O próximo processo nº 26670/2023 refere-
125 se à solicitação de corte de dois Oitis, onde a vistoria constatou a existência de uma árvore de médio a
126 grande porte, plantadas na calçada em frente ao imóvel da solicitante, foi possível observar
127 rachaduras diversas na calçada e considerável elevação do piso em decorrência do desenvolvimento
128 das raízes. A câmara técnica recomenda a substituição das árvores por espécies de menor porte no
129 local da supressão e com raízes menos agressivas (exemplos: Resedá, Ipê branco, escovinha-de-
130 garrafa), a fim de se evitar problemas futuros, somada à doação de quatro mudas de árvores para a
131 Prefeitura Municipal de Muriaé, a serem entregues no Setor Técnico de Meio Ambiente (Horto
132 Florestal de Muriaé). Os membros do CODEMA foram de acordo com o parecer da câmara técnica
133 pelo deferimento do pedido e de acordo com as condicionantes. O próximo processo nº 26958/2023
134 refere-se à solicitação de corte de um Oiti. Em vistoria, constatou-se uma árvore em grande porte em
135 frente ao imóvel do solicitante, possuindo um porte incompatível com o local, uma vez que o vegetal
136 adentra sua copa no imóvel e seu crescimento secundário provocou danos severos à calçada, com
137 elevação e rachaduras que se estendem pelo muro do imóvel, o que pode comprometer sua estrutura.
138 Dessa forma, a câmara técnica é favorável à supressão, com substituição no local por espécie de menor
139 porte, somada à doação de quatro mudas de árvores para a Prefeitura Municipal de Muriaé, a serem
140 entregues no Setor Técnico de Meio Ambiente (Horto Florestal de Muriaé). Os membros do
141 CODEMA foram de acordo com o parecer da câmara técnica pelo deferimento do pedido e de acordo
142 com as condicionantes. O próximo processo nº 27491/2023 refere-se à solicitação de quatro Oitis. Em
143 vistoria, constatou-se quatro oitis plantadas próximos à mureta do estabelecimento comercial. A copa
144 das árvores provocou danos diversos ao telhado e as raízes aparentam danificar o piso do
145 estabelecimento, bem como a mureta. Tais árvores demonstram já terem sofrido muitas podas, de
146 modo que sua estrutura já se encontra incompatível com o espaço. Dessa forma, a câmara técnica
147 sugere a supressão com a substituição de quatro árvores no local da supressão; porém, com espécies
148 de menor porte e com o afastamento adequado das edificações, acrescida pela doação de oito mudas
149 de árvores para a Prefeitura Municipal de Muriaé, a serem entregues no Setor Técnico de Meio
150 Ambiente (Horto Florestal de Muriaé). Os membros do CODEMA foram de acordo com o parecer da
151 câmara técnica pelo deferimento do pedido e de acordo com as condicionantes. Após esse assunto, Sr.
152 Mauro Francisco de Aquino, presidente do Conselho, apresentou aos membros do conselho a
153 solicitação do empreendimento Gávea Lagoon Beach Ltda, através do processo nº 26551/2023. O
154 estabelecimento possui a intenção de aderir ao programa “Adote uma Praça”, promovendo a
155 manutenção da praça da Lagoa da Gávea. O projeto proposto pelo requerente prevê a limpeza e a
156 preservação da área e a instalação de novos equipamentos na lagoa da Gávea, como quatro bancos de

157 madeira (dois em cada entrada), lixeira seletiva, dois refletores e duas placas de publicidade. Sr.
158 Frederico questionou a responsabilidade da limpeza do espelho d'água da Lagoa, e se a
159 responsabilidade poderia ser do proponente, visto que corriqueiramente tem objetos descartáveis
160 como garrafas, plásticos, dentre outras coisas, Sr. Mauro informou que parte das varrições da rua
161 continuam a ser realizadas pelo DEMSUR, porém, ele sugeriu ao requerente a limpeza do espelho
162 d'água da Lagoa. Sr. Mauro explicou que não haverá exploração da praça, somente a divulgação. Sr.
163 Frederico questionou como é feito o contrato neste caso e o Sr. Mauro explicou que é firmado um
164 termo de cooperação entre ambas as partes e, neste termo, são colocadas as propostas a serem
165 realizadas pelo proponente. Sr. Mauro explicou também que as placas de divulgação são
166 padronizadas. Os membros do CODEMA manifestaram-se favoráveis à solicitação. Finalizando este
167 assunto, o Sr. Douglas Barbosa Castro apresentou aos membros o processo nº 27495/2023 requerido
168 pela Prefeitura de Muriaé, onde é solicitada a poda drástica de quinze árvores, sendo onze Cotieiras,
169 três Leucenas e um Cedro no espaço entre as Ruas Jericó e Avenida Jerusalém – Bairro Marambaia
170 – devido ao porte alto dos vegetais (superior a 20 metros), estando todas acima de uma área
171 residencial; o que pode oferecer riscos sob condições climáticas mais severas. Sr. Rogerio Loures
172 destacou que a poda drástica acaba danificando as árvores e tem que manter a manutenção. Sr.
173 Robério Torres questionou se uma poda drástica resolveria, e se não seria mais interessante a
174 supressão. Sr. Gilberto Garcia Bonato informou que de imediato a poda drástica resolveria. Sr.
175 Robério Torres destacou que seria mais interessante e viável fazer um estudo mais aprofundado e, se
176 for necessário, realizar os cortes. Diante dos questionamentos e sugestões, ficou estabelecido pelos
177 membros do CODEMA a aprovação das podas drásticas com possibilidade de supressão, em caso de
178 necessidade. Após este assunto, Sr. Mauro Francisco de Aquino informou aos membros sobre o
179 projeto de paisagismo da Praça Coronel Pacheco de Medeiros, onde serão realizados plantios de
180 árvores. Ele apresentou o projeto que contempla as espécies de árvores previstas para serem plantadas
181 na praça. Sr. Mauro Aquino informou que foi feita uma estimativa para o projeto, que ficaria em
182 torno de R\$ 10.000,00, frisando que tais valores são estimados. Sr. Gilberto informou que depois
183 apresentará o orçamento final aos membros do CODEMA. Diante disto, o Sr. Mauro Aquino solicitou
184 a autorização para utilizar o recurso do fundo Municipal do Meio Ambiente. Todos os membros foram
185 de acordo. Sr. Mauro de Aquino enviará o projeto que foi apresentado para os membros do CODEMA
186 via WhatsApp. Após isso, Sr. Mauro de Aquino informou aos membros que foi enviado um ofício à
187 Secretaria de Fazenda, solicitando o repasse dos valores devidos ao fundo Municipal do Meio
188 Ambiente, Sr. Mauro informou que no fundo Municipal do Meio Ambiente tem R\$ 86.000,00 e está
189 aguardando o repasse de R\$ 260.000,00 para o fundo Municipal do Meio Ambiente, e, após isso, passar
190 na reunião do CODEMA. Finalizando esta pauta, Sr. Douglas Barbosa Castro apresentou aos
191 membros a necessidade do corte de uma árvore da espécie Amora que está oca, localizada em frente
192 ao Fórum, sendo que o corte da árvore será realizado pela Prefeitura. Entretanto, ainda não foi
193 protocolado um processo. Para evitar danos futuros, devido ao estado da árvore, a equipe técnica
194 solicita a autorização do corte. Todos os membros foram de acordo com esta intervenção. Sr. Gilberto
195 Garcia, aproveitou a oportunidade para explicar que terão situações em que será necessária a
196 realização de cortes de árvores emergenciais, que somente em um momento posterior será possível
197 reportar aos membros do CODEMA. Sr. Robério Torres questionou se tem na Legislação algo
198 específico para essas situações, em que se possa fazer o corte sem necessariamente passar pelo
199 CODEMA, visto que os técnicos têm conhecimento sobre o assunto. Sr. Fabio Lauriano solicitou a
200 fala e informou que, pelo seu entendimento, se tem algum laudo de algum técnico, Corpo de Bombeiros
201 ou Defesa Civil alegando a urgência do corte devido ao risco, não há problema algum, desde que
202 depois passe pelo CODEMA para dar ciência aos membros. Após isso, Sr. Fabio Lauriano solicitou a
203 prestação de contas sobre os valores que estão entrando no fundo Municipal do Meio Ambiente, se
204 realmente estão repassando corretamente os devidos valores que são destinados ao Fundo Municipal
205 do Meio Ambiente. Sr. Robin Le Breton informou que solicitou diversas vezes a prestação de contas.
206 Sr. Mauro de Aquino informou que foi acordado passar na próxima reunião, em janeiro de 2024,
207 acrescentando que, desde o ano de 2021, a Secretaria do Meio Ambiente não está recebendo o repasse
208 do ICMS Ecológico. Aproveitando o ensejo o Sr. Fabio Lauriano falou que Muriaé recebe um valor
209 muito baixo de ICMS referente ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, dito isso o Sr. Robin Le

210 Breton informou que o valor do repasse é referente ao tamanho da área do parque dentro do
211 município e que Muriaé possui a menor extensão de área em relação as outras cidades que o Parque
212 está inserido. O Sr. Fabio Lauriano respondeu que o tamanho da área é um fator base, mas que
213 existem outros fatores na hora de calcular os repasses, como a participação efetiva do município
214 dentro do Parque. Sr. Fábio Lauriano aproveitou para falar um pouco sobre a Serra do Brigadeiro e
215 como estão empenhados em conseguir benfeitorias para o parque, citando que Muriaé deveria ter um
216 papel de maior integração no desenvolvimento desta unidade de conservação, sendo um município
217 mais ativo e presente. Sr. Fabio Lauriano citou o município de Araponga como um exemplo a ser
218 seguido. Sr. Fabio Lauriano informou que teve uma reunião com o IEF, onde há planos do referido
219 órgão para que Muriaé e Ubá se tornem polos dos viveiros de mudas, o que poderá ser de grande valia
220 para futuras parcerias de projetos para reflorestamento. Sr. Fabio Lauriano agradeceu a
221 oportunidade de fala. Retomando a palavra, o Sr. Douglas Castro, informou que as reuniões para o
222 ano de 2024 permanecerão da mesma forma: todas as últimas quintas feiras úteis de cada mês, mas
223 que enviará o calendário anual para os membros do CODEMA, via e-mail e WhatsApp. Nada mais
224 havendo a se tratar, a reunião encerrou-se às nove horas e trinta e seis minutos, sendo a presente ata
225 assinada por todos os membros do CODEMA.
226
227
228
229
230
231
232
233

